

**ATA - Reunião da CT de Licenciamento****Data: 30/08/2018 das 9h30 às 12h00****Local: FIESC – Florianópolis****1 I - PARTICIPANTES:**

- 2 Janaina Mendes – ANAMMA;
3 Cristiana Mondardo – CASAN;
4 Sandra Regina Batista e Rafael Paludo - – CIMVI;
5 Fernanda Maria F. Vanhoni - CREA;
6 Jonas Comin Nunes (**Presidente**), Odilon G. Amado– CRQ;
7 Janaina Corrêa - EPAGRI
8 Schirlene Chegatti (**Relatora**) e Leticia P.L. Woyakewicz - FACISC
9 Alexandre Martins - FECAM;
10 Fabiane Nobrega Scalco (**Secretária**) - FIESC
11 Claudio Soares da Silveira – FLORAM;
12 Ivana Becker e Fábio Castagna da Silva – IMA SC;
13 Nelson Tonon Neto - OAB
14 Luiz Antonio Garcia Correa – SDS;

16 II - DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:**17 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.****19 2) Discussão de alterações/retificações referente ao código 26.60.00 - Preparação de
20 pescado e fabricação de conservas de pescado, conforme ofício nº 02200/2018**

21 Discussão: Feita a leitura de exposição de motivos (Parecer IMA SC 18/2018 - com as
22 informações do parecer técnico citado no ofício nº 02200/2018).

23 26.60.00 - Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado, exceto
24 entreposto. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: M Geral: G

25 Porte Pequeno: $0,02 \leq AU(3) \leq 1$ (EAS)

26 Porte Médio: $1 < AU(3) < 3$ (EAS)

27 Porte Grande: $AU(3) \geq 3$ (EAS)

28 Encaminhamento: Incluir nova redação para o código, conforme consenso abaixo na
29 minuta de revisão de códigos das Resoluções 98/17 e 99/17 (nível III).

30 Nova Redação:

31 26.60.00 - Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado, exceto
32 entreposto. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: M Geral: G

33 Porte Pequeno: $0,05 \leq AU(3) \leq 0,14$ (RAP)

34 Porte Médio: $0,14 < AU(3) < 1$ (EAS)

35 Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (EAS)

36 O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
37 Autorização Ambiental – AuA.

**39 3) Análise e emissão de parecer (ou de proposta/minuta), referente à solicitação
40 abaixo oriunda da ouvidoria quanto à regulamentação do art. 39 do Código
41 Ambiental, que é de competência do CONSEMA.****42 Discussão:**

43 Conforme discutido na reunião de 29 de junho de 2018 a solicitação do Consema à CTL
44 para análise e emissão de parecer (ou de proposta/minuta), referente à solicitação oriunda
45 da ouvidoria (Stevens Spagnollo – Instituto do Meio Ambiente – IMA - Coordenadoria de
46 Desenvolvimento Ambiental – CODAM de Blumenau), cujo texto segue abaixo, quanto à
47 regulamentação do art. 39 do Código Ambiental, *in verbis*: “Art. 39 - Por solicitação dos
48 responsáveis de atividades ou empreendimentos licenciáveis, pode ser admitido um
49 procedimento unificado que resulte no licenciamento ambiental coletivo de



empreendimentos e atividades, cuja proximidade e localização recomendem ações coletivas integradas, voltadas à mitigação de impactos ambientais, sistematizadas no formato de um plano, sujeito à prévia autorização pelo órgão ambiental, observados os requisitos de ordem legal e institucional, definida a responsabilidade legal pelo conjunto de atividades/empreendimentos e os condicionantes técnicos indispensáveis, que devem ser regulamentados pelo CONSEMA". Foi verificado pelos membros da CTL que ainda não está regulamentada a aplicação do Art. 39 do Código Ambiental Estadual.

Nelson (OAB) fez a apresentação do estudo para verificar a existência de modelos de licenciamento unificado em outros estados. Foi apresentado sobre o case da Agropolo (Bahia) no qual foi emitida uma licença para um conjunto de empreendimentos com localização próxima e case de Minas Gerais para empreendimentos com irrigação de lavoura. Realizada a análise preliminar da regulamentação no Consema.

Encaminhamento: OAB irá minutar uma proposta para inclusão na Resolução 98/17 considerando as especificidades das atividades envolvidas para posterior análise pela CTL e encaminhamento a plenária do Consema.

4) Assuntos gerais.

a) Próxima reunião em 31/08/18 (ordinária).

b) Demais itens pautados nesta reunião e não abordados serão encaminhados para tratativa nas próximas reuniões.

c) **Justificativa apresentada pela Fernanda (ABES) para a alteração do código 47.10.10.** Conforme texto anterior: **Sugiro colocar toda esta justificativa na ata da reunião anterior (10/08), mesmo que encaminhada a posteriori.**

47 – TRANSPORTES E TERMINAIS

47.10.10 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, exclusivamente no território catarinense, e o transporte rodoviário de resíduos de saúde (RSS), e de resíduos ou rejeitos industriais, e de comércio ou de serviços, classes I, IIA e IIB, exceto para os seguintes resíduos recicláveis não contaminados: papel, papelão, plástico, madeira, sucatas metálicas, tecidos, vidros, polímeros expandidos e demais embalagens.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: G Geral: G

Porte Pequeno: $NV \leq 10$

Porte Médio: $10 < NV < 40$

Porte Grande: $NV \geq 40$

Esta atividade será licenciada apenas por meio da expedição de Licença Ambiental de Operação –LAO.

Da forma em que o texto estava escrito, mencionando classificação dos resíduos e rejeitos por classe (de acordo com a NBR 10.004/2004) e também por origem (industrial, comercial e de serviços), não estava atendendo as premissas da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS Lei Federal nº 12.305/2010, principalmente no que tange a classificação por origem.

A utilização da classificação de acordo com as características de periculosidade (NBR 10.004/2004) na qual classifica os resíduos como Classe I Perigosos e Classe II Não perigosos, não pode ser confundida com a classificação por origem, na qual uma determinada origem poderá gerar resíduos e rejeitos de várias classes.

Citamos como exemplo o caso dos resíduos e rejeitos de origem industrial, na qual equivocadamente as pessoas remetem aos resíduos perigosos Classe I, mas, é preciso observar que dentro da indústria nem todo resíduo gerado é perigoso, tendo geração de resíduos Classe II não perigosos e que possuem as mesmas características dos resíduos de origem domiciliar, como, por exemplo, os resíduos industriais gerados nas áreas administrativas, banheiros e refeitórios. De acordo com a PNRS artigo 13, inciso I, a classificação dos resíduos quanto a sua origem se divide em:

a) resíduos domiciliares

b) resíduos de limpeza urbana



103 d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços

104 e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico

105 f) resíduos industriais

106 g) resíduos de serviços de saúde

107 h) resíduos da construção civil

108 i) resíduos agrossilvopastoris

109 j) resíduos de serviços de transportes

110 k) resíduos de mineração

111 Assim, para a compatibilização da descrição do código 47.10.10 com a Lei nº 12.305/2010,
112 evitando possíveis equívocos de interpretação, o texto ficou da seguinte forma:

113 **Nova Redação:**

114 **47.10.10 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, exclusivamente no território**
115 **catarinense, e transporte de resíduos e rejeitos de estabelecimentos comerciais e**
116 **prestadores de serviço, industriais, de serviços de saúde, de mineração, exceto os**
117 **resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, resíduos da construção civil não**
118 **perigosos, resíduos de serviços de transporte não perigosos, resíduos**
119 **agrossilvopastoris e resíduos recicláveis não contaminados: papel, papelão,**
120 **plástico, madeira, sucatas metálicas, tecidos, vidros, polímeros expandidos e demais**
121 **embalagens.**

122 **Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: G Geral: G**

123 **Porte Pequeno: $NV \leq 10$**

124 **Porte Médio: $10 < NV < 40$**

125 **Porte Grande: $NV \geq 40$**

126 **Esta atividade será licenciada apenas por meio da expedição de Licença Ambiental**
127 **de Operação ou por Licença Ambiental por Compromisso (LAC).**

128 Importante destacar que para esta atividade não se aplica o critério locacional e de
129 instalação, não se aplicando também a apresentação de RAP, EAS e EIA.

130

131 **II - ENCERRAMENTO:**

132 Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta
133 convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de
134 todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene
135 Chegatti.

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148